

POR UMA EUROPA MAIS SOCIAL

EDITORIAL**P.3** POR UMA EUROPA MAIS SOCIAL**AÇÃO SINDICAL****P.4, P.5** FNE PROMOVEU CONSULTAS SOBRE CONDIÇÕES DO REGRESSO DAS AULAS PRESENCIAIS**P.6** PANDEMIA NÃO PODE PREJUDICAR DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA DOCENTE**P.7** FNE REUNIU COM GRUPO PARLAMENTAR DO PCP E COM MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO**P.8** DESAFIO "AGIR EM DEFESA DO PLANETA" ASSINALOU DIA MUNDIAL DA TERRA**P.9** CARTAZ 25 DE ABRIL - EDUCAÇÃO PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA**ENTREVISTA****P.10 À P.13** CARLOS SILVA, SG DA UGT: SEM SINDICATOS NÃO HÁ PILAR SOCIAL EUROPEU**NA MINHA OPINIÃO****P.14** ENFRENTAR OS DESAFIOS. APROVEITAR AS OPORTUNIDADES.**WEBINÁRIO****P.15, P.16** MARGARIDA MANO: "O ESPAÇO DA ESCOLA DO FUTURO NÃO TEM MUROS"**P.17, P.18** JOSÉ CORDEIRO: "O MOVIMENTO SINDICAL NÃO PODE DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS"**P.19, P.20** ANTÓNIO FONSECA: "A BANCA HOJE EM DIA JÁ NÃO DÁ EMPREGO PARA A VIDA"**P.21** CARTAZ CICLO DE WEBINÁRIOS "DESAFIOS AOS SINDICATOS NA PÓS-PANDEMIA"**NÃO DOCENTES****P.22** NÃO PODEMOS CONTINUAR INVISÍVEIS**P.23** STAAE-ZN PROMOVEU WEBINÁRIO "PERIGOS E OPORTUNIDADES DA INTERNET E CIBERSEGURANÇA" | FNE CONGRATULOU-SE COM REVISÃO DA PORTARIA DE RÁCIOS**SAÚDE****P.24, P.25** 28 DE ABRIL - DIA EM MEMÓRIA DOS TRABALHADORES: SAÚDE E SEGURANÇA SÃO NOSSO DIREITO PARA TODA A VIDA**LEGISLAÇÃO****P.26 À P.28** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 MAR. A 25 ABR. DE 2021**+VANTAGENS FNE****P.29** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

ABRIL 2021

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado

Teresa Morais

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte *

Sindicato dos Professores da Zona Centro *

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo *

Sindicato Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusitadas *

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *

tel. 225 073 880 *

secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação

Rafael Marques e Tiago Soares



POR UMA EUROPA MAIS SOCIAL

Depois da crise financeira e da consequente intervenção da troika - que se abateu sobre nós entre 2011 e 2014 -, sofremos agora os efeitos de uma grave crise sanitária por causa da pandemia COVID-19.

Qualquer uma destas crises se saldou por graves crises sociais, em que as fragilidades se agravaram ainda mais, em que os mais desfavorecidos foram e são quem mais sofre os seus efeitos.

É imperioso limitar os efeitos desta crise social.

Mas temos consciência de que não o poderemos fazer sozinhos; torna-se imprescindível a solidariedade europeia. A resposta tem de ter uma dimensão europeia, fazendo com que os instrumentos de solidariedade europeia sejam postos à disposição dos que mais precisam.

É verdade que, ao contrário do que aconteceu em 2011, foram adotadas no último ano importantes medidas ao nível europeu que retiraram a pressão sobre a obrigação de cumprimento de limites do deficit, e conseguiu-se mesmo estabelecer a criação de apoios financeiros a fundo perdido, para as pessoas e para as pequenas e médias empresas.

Mas temos de ir mais longe e garantir que é a dimensão social que orienta as políticas que vão sendo adotadas. Por isso se torna importante, não só o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, como o Plano de Ação agora definido para o concretizar.

Por isso é importante que a presidência portuguesa do Conselho Europeu que agora está a decorrer tenha incluído a realização de uma Cimeira Social que se vai realizar nos próximos dias 7 e 8 de maio, em que os Chefes de Estado e de Governo assumam compromissos concretos e para horizontes próximos.

É evidente que, para nós, a concretização deste Pilar Europeu dos Direitos Sociais tem de ter expressão no domínio da educação, da formação e da aprendizagem ao longo da vida, assinalando o que nele se afirma: “Todas as pessoas têm direito a uma educação, uma formação e uma aprendizagem ao longo da vida inclusivas e de qualidade, que lhes permitam manter e adquirir as competências necessárias para participar plenamente na sociedade e gerir com êxito as transições no mercado de trabalho”. E acrescenta que “independentemente do género, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, todas as pessoas têm direito à igualdade de tratamento e de oportunidades em matéria de emprego, proteção social, educação e acesso a bens e serviços disponíveis ao público”.

É por isso que o nosso compromisso com a promoção de uma Educação de Qualidade para Todos tem de ter expressão na renovação das nossas propostas para que se garanta mais investimento em educação, para que se acabe com todas as formas de precariedade no setor, para que se promova o rejuvenescimento em Educação, para que se valorizem todos os profissionais, com remunerações adequadas às responsabilidades que lhes estão atribuídas.

O investimento em educação, formação e aprendizagem ao longo de toda a vida de qualidade é uma dimensão incontornável do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e, portanto, de uma Europa mais Social.



João Dias da Silva

João Dias da Silva
Secretário-Geral

FNE PROMOVEU CONSULTAS SOBRE CONDIÇÕES DO REGRESSO DAS AULAS PRESENCIAIS

A FNE promoveu durante o mês de abril, duas consultas sobre as condições em que decorreu o processo de regresso dos alunos e profissionais da Educação Pré-Escolar, do 1º Ciclo do Ensino Básico e dos 2º e 3º Ciclos.

BEM-ESTAR DOS ALUNOS MELHOROU COM O REGRESSO AO ENSINO PRESENCIAL

O primeiro inquérito promovido pela FNE revelou que a maioria dos docentes e não docentes do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, que regressaram ao ensino presencial a 5 de abril, sentiram-se seguros nas escolas.

De acordo com os resultados divulgados pela FNE, destaca-se que 78% dos professores assumiram que a escola onde trabalham “está a organizar todos os aspetos necessários para garantir que seja um local seguro”, um sentimento partilhado pelos não docentes.

No sentido oposto, apenas 17% dos docentes disse estar pouco confiante em relação às medidas de segurança adotadas pelas escolas devido à pandemia da Covid-19.

Este sentimento de segurança é registado pela maioria dos profissionais das escolas, apesar de muitos docentes (37%) admitirem que as regras nem sempre são cumpridas pelos alunos, apontando o distanciamento físico como o principal problema com 80% dos inquiridos a apontarem que esta medida não é respeitada, tal como o uso de máscara em espaços comuns, referida por 52% dos professores, apesar de não ser obrigatório nestes níveis de ensino.

No mesmo inquérito, a FNE procurou perceber também quais são as principais preocupações dos trabalhadores e, apesar de dizerem sentir-se seguros na escola, a saúde e segurança no local de trabalho são as principais preocupações referidas, a par do excesso de trabalho.

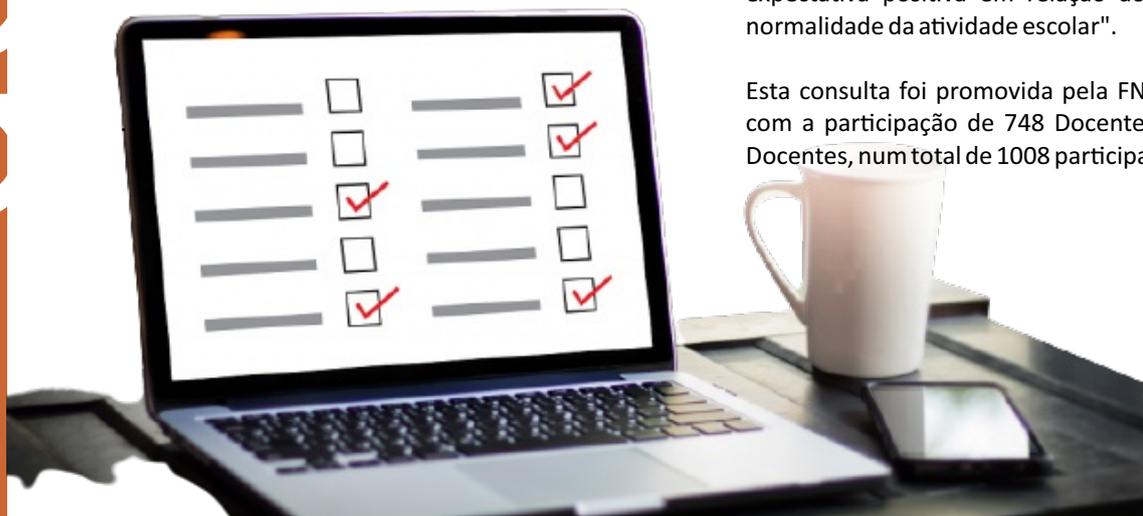
Do lado dos não docentes foi sublinhado também “o comportamento dos alunos, a remuneração e a avaliação de desempenho”, enquanto os professores se manifestam preocupados com “o impacto da pandemia na saúde mental dos alunos”.

A este nível, 58% dos docentes assumiu que o bem-estar dos alunos melhorou com o regresso ao ensino presencial e a grande maioria (92%) considerou que as crianças se adaptaram ao regresso às escolas.

Esse regresso também teve efeitos positivos nos professores, com 33% a registar que também o seu bem-estar e saúde mental melhoraram. Ainda assim, 14% apontaram o efeito inverso, admitindo que o seu bem-estar piorou nas últimas semanas.

A FNE inquiriu também os profissionais da educação sobre o processo de vacinação e os resultados apontaram para “muitos sinais de preocupação e insegurança”, mas também “uma expectativa positiva em relação ao futuro da normalidade da atividade escolar”.

Esta consulta foi promovida pela FNE e contou com a participação de 748 Docentes, 260 Não Docentes, num total de 1008 participantes.





Além da saúde mental, os professores também manifestaram preocupação com a saúde e segurança no local de trabalho, algo referido por 53% dos inquiridos, e com o excesso de trabalho e o efeito da pandemia da Covid-19 e do ensino a distância nas aprendizagens.

PROFESSORES DOS 2.º E 3.º CICLOS ALERTARAM PARA INCUMPRIMENTO DAS REGRAS DE SEGURANÇA

Já a maioria dos professores dos 2º e 3º ciclos, que retomaram o ensino presencial a 5 de abril, deixaram o alerta para o incumprimento, por parte dos alunos, de algumas regras de contenção da pandemia com 38% a considerarem sentir-se inseguros na escola.

Apesar de a maioria (72%) considerar que as escolas se estão a organizar para garantir que são lugares seguros, 64% dos inquiridos relatou que não há cumprimento das regras de segurança por parte dos alunos.

Quase todos os professores (93%) referem o distanciamento físico, além do uso de máscara fora das salas de aula (50%) e da higienização das mãos (40%) como fatores de insegurança.

Comparativamente com a primeira consulta promovida pela FNE, os professores relataram agora um maior incumprimento das regras entre os alunos mais velhos, referido por apenas 37% dos primeiros docentes a voltar ao regime presencial.

Esse aumento reflete-se, por outro lado, no sentimento de insegurança no trabalho com os alunos como a FNE referiu em comunicado: "Na consulta inicial feita aos educadores de infância e professores de 1.º ciclo, este sentimento ficava nos 26,9% e agora, com os docentes do 2.º e 3.º ciclos, sobe para 37,7%".

Na sequência da divulgação destes segundos resultados, a FNE sublinhou a necessidade de se promover o "cumprimento escrupuloso de todas as regras" defendendo ainda uma intervenção reforçada no âmbito do programa Escola Segura "para que as regras de segurança sejam cumpridas por todos, nomeadamente nos espaços exteriores às escolas".

Também nesta consulta, a FNE procurou perceber também quais são as principais preocupações dos trabalhadores e saúde mental e o bem-estar são a principal preocupação referida.

E a este respeito, enquanto 55% dos docentes não registaram alterações no seu bem-estar, 25% disse ter melhorado e 20% sente, por outro lado, que o seu bem-estar piorou.

Já nos alunos, cerca de metade dos professores notaram melhorias na sua saúde mental com o regresso à escola, mas 14% regista que piorou.

Além da saúde mental, os professores também manifestaram preocupação com a saúde e segurança no local de trabalho, algo referido por 53% dos inquiridos, e com o excesso de trabalho e o efeito da pandemia da Covid-19 e do ensino a distância nas aprendizagens.

Este segundo inquérito promovido pela FNE de 12 a 16 de abril, envolveu 1.132 trabalhadores, 995 dos quais docentes, das escolas dos 2º e 3º ciclos.

PANDEMIA NÃO PODE PREJUDICAR DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA DOCENTE

A FNE insistiu junto do Ministério da Educação (ME), em reunião ocorrida no dia 16 de abril, no estabelecimento de medidas que evitem que a pandemia tenha consequências negativas no desenvolvimento da carreira docente.

Esta foi uma matéria já suscitada pela FNE a propósito do impacto que a pandemia teve no processo de avaliação de desempenho dos professores. A verdade é que com as escolas encerradas não foi possível garantir a observação de aulas, imprescindível para a progressão em alguns escalões. Deste modo, a FNE desencadeou há algumas semanas junto do ME a necessidade de **abertura de um processo negocial sobre esta matéria, que ocorreu agora, através da apreciação de uma proposta de Despacho por parte da tutela, que inclui quer o alargamento dos prazos para a formação contínua, quer para a observação de aulas.**

A FNE apresentou várias sugestões de alteração com melhorias para a proposta da tutela, procurando a garantia de que os professores não fiquem prejudicados naquilo que é a contabilização do prazo de finalização do seu processo de avaliação, garantindo o adiamento do processo de formação contínua ou de observação de aulas, tendo no entender da FNE que **existir retroação dos efeitos da sua concretização à data em que o docente reúne condições para progredir de escalão.**

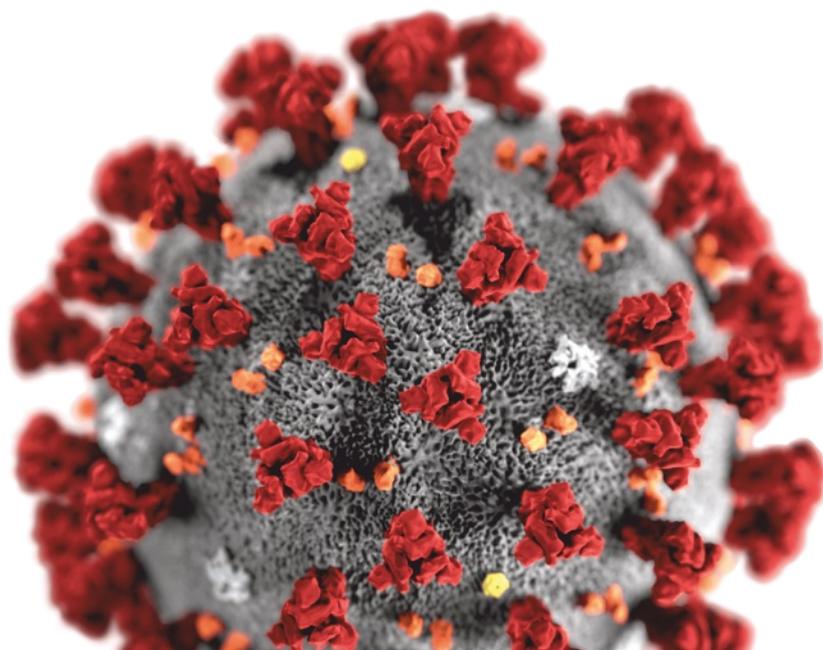
O tema da **recuperação das aprendizagens** nas escolas esteve também em cima da mesa. E aquilo que a FNE pediu ao ME foi que este demonstre confiança nas escolas e nos seus profissionais, pois é lá que se devem encontrar as soluções que concretizam o apoio que deve ser colocado ao dispor dos alunos, para que se ultrapassem as dificuldades que sejam assinaladas.

A FNE considera inadmissível que se aplique um modelo único e que se possa compensar este

tempo de encerramento escolar com a realização de aulas massivas que prolonguem o ano letivo. **A solução apresentada pela FNE passa por um plano a longo prazo, de pelo menos dois anos, em que as escolas são chamadas autonomamente a intervir, relativamente às necessidades identificadas, cabendo ao ME a responsabilidade de alocar às escolas os recursos necessários para ultrapassar os atrasos que se verificarem.**

Outra matéria em debate teve que ver com a **formação inicial de professores**. A FNE tem vindo a insistir na necessidade de alterações do modelo da formação inicial, particularmente na garantia de que haja uma adequação da formação à prática pedagógica. **Defendemos que é preciso investir na relação entre as instituições de ensino superior de formação de docentes e as escolas, de forma que nas escolas seja possível realizar uma preparação dos professores, em formação inicial, para a prática pedagógica.** Os professores com mais experiência são fundamentais neste caso. É preciso garantir que docentes com mais conhecimento possam contribuir para um processo de preparação de professores, no contexto da formação inicial ou de indução.

A FNE vai promover um mecanismo de consulta e levantamento de sugestões para apresentar ao ME, no sentido da melhoria do processo de formação inicial de professores.



FNE REUNIU COM GRUPO PARLAMENTAR DO PCP



A FNE e o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP) reuniram com a FNE a expressar neste encontro a sua preocupação pela ausência de resposta do Ministério da Educação (ME) em relação à necessidade de abertura de processos negociais que visem o estabelecimento de legislação que combata, e elimine, situações que marcam negativamente quer o exercício profissional docente, quer o desenvolvimento da carreira dos educadores e professores portugueses.

Independentemente da contínua monitorização que a FNE defende que deve ser feita sobre as condições em que se garanta remota ou presencialmente, o processo de ensino-aprendizagem nas nossas escolas, e da contínua adaptação legislativa que se tornar necessária, a FNE considera imprescindível o regresso à mesa negocial das seguintes reivindicações, para as

quais já apresentou propostas à tutela:

- . Valorização do desenvolvimento da carreira docente;
- . Combate às injustiças que permanecem nos concursos de docentes;
- . Melhoria das condições e horários de trabalho;
- . Eliminação de todos os fatores de precariedade;

A FNE insistiu que é crucial dar voz e participação às organizações sindicais que representam os docentes e não docentes, no sentido de valorizar a negociação e a concertação social, que têm o condão de acrescentar valor à equidade e à inclusão, mesmo nas conjunturas mais extremas.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR OUVIU PREOCUPAÇÕES DA FNE



A FNE levou para o encontro com o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), várias propostas relativas a matérias identificadas no quadro do funcionamento atual do Ensino Superior e que considera com necessidade de intervenção por parte do Ministério.

Ficaram deixar expressas as linhas de preocupação relativamente a:

- Avaliação e revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES);
- Concursos no âmbito da Fundação para a Ciência e Tecnologia;

- Avaliação e revisão dos Estatutos das Carreiras de Docentes e Investigadores.

No que diz respeito ao exercício profissional no âmbito do Ensino Superior, a FNE entende que deve ser esta a oportunidade para apresentar as suas perspetivas em relação ao que considera constituir o recurso ilegítimo a trabalho precário não remunerado, detetado pela federação em algumas circunstâncias.

Ainda relativamente às situações de precariedade, a FNE apresentou nesta reunião as suas propostas em relação à conclusão do processo designado por PREVPAP.

DESAFIO “AGIR EM DEFESA DO PLANETA” ASSINALOU DIA MUNDIAL DA TERRA

A FNE não quis deixar passar em branco o 51º Dia da Terra, e lançou ao longo do dia um conjunto de iniciativas que visaram lembrar a importância do comportamento de todos no planeta.

Uma das consequências do mau comportamento que a Terra sofre por parte dos humanos é a extinção de muitas espécies que a todos afeta. Não podemos esquecer que cada espécie tem o seu papel fundamental no equilíbrio ambiental, do ecossistema. Ou seja, quando uma desaparece, muitas outras espécies, animais e vegetais, sofrem com isso.

Mas não só da extinção de espécies animais e de plantas se pode falar para o futuro da Terra. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, evidenciou a urgência de redução das emissões de CO2 na atmosfera.

Num estudo, divulgado no ano passado, a agência da ONU lembrou da necessidade de uma queda de 7,6% anual para se alcançar a marca de 1.5 grau Celsius prevista no Acordo de Paris sobre mudança climática. A data pede que o mundo se mobilize durante 24 horas em ações pela defesa do planeta e das pessoas.

Também em 2020, António Guterres, Secretário-Geral da ONU, afirmou que "o mundo poderia estar melhor preparado para responder ao desafio caso tivesse mais adiantado no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris".

Por causa da pandemia, a maioria dos eventos e celebrações tem ocorrido de forma virtual. Será esta uma chance ímpar de se reconstruir melhor e de forma sustentável após a Covid-19?

O tema deste ano foi "Recuperação da Terra" e foi assinalado através de uma cimeira climática global convocada pelo Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.

“AGIR EM DEFESA DO PLANETA”

A FNE associou-se a esta data lançando o desafio “Agir em defesa do planeta” a professores e



alunos solicitando uma frase ou mensagem que apelasse, sensibilizasse e motivasse as sociedades para uma maior consciência social, para coletivamente agirmos em defesa do nosso planeta.

A frase vencedora ficaria habilitada para a elaboração de um cartaz que será divulgado em todos os canais de informação e comunicação da FNE e enviado para todas as escolas, para que este seja afixado no Dia Mundial do Ambiente, a 5 de junho.

Este é um dia que serve de alerta para todos os que habitam no planeta sobre a importância e necessidade de preservar os recursos naturais do mundo. Este dia é hoje celebrado em mais de 190 países, com a participação de cerca de mil milhões de pessoas que manifestam o seu compromisso com a proteção e a necessidade de preservar os recursos naturais, o ambiente e a sustentabilidade da Terra.

As comemorações do Dia da Terra aconteceram pela primeira vez nos Estados Unidos, no dia 22 de abril de 1970, promovidas pelo senador americano Gaylord Nelson (1916-2005), que organizou um fórum ambiental que envolveu cerca de 20 milhões de participantes.

A FNE associou-se a esta data lançando o desafio “Agir em defesa do planeta” a professores e alunos solicitando uma frase ou mensagem que apelasse, sensibilizasse e motivasse as sociedades para uma maior consciência social.



www.fne.pt



EDUCAÇÃO PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA

2021

abril



Carlos Silva, SG da UGT: SEM SINDICATOS NÃO HÁ PILAR SOCIAL EUROPEU

Secretário-Geral da UGT desde 2013, Carlos Silva partilha com o Jornal FNE algumas perspetivas sobre a Cimeira Social do Porto de 7 e 8 de maio e sobre o papel dos sindicatos numa recuperação económica e sustentável, numa entrevista a concluir na próxima edição.

**JORNAL FNE - ANTÓNIO COSTA ESPERA OBTEN
NA CIMEIRA SOCIAL DO PORTO, DE 7 E 8 DE
MAIO, O "COMPROMISSO" PARA UM AVANÇO
NA APLICAÇÃO DO PILAR SOCIAL EUROPEU. O
QUE É QUE A UGT ESPERA DESTE ENCONTRO?**

Carlos Silva (CS) - Esta resposta merece um enquadramento detalhado. Foi a Presidência portuguesa que, pela primeira vez, colocou o acento tónico na Europa nas questões sociais. Há vários anos que se fala do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e António Costa decidiu organizar, e bem, uma cimeira social no Porto, aproveitando o Conselho Europeu que vai acontecer dia 8, mas aproveitando sobretudo a presença dos representantes dos parceiros sociais dos 27 países da União Europeia. A UGT estará presente e enquadrada no movimento sindical europeu. A pergunta tem mais a ver com o resultado e não

tanto com a cimeira em si. A cimeira é um encontro de boas vontades com a necessidade sentida pelo movimento sindical europeu e português de se alcançar um compromisso que António Costa espera alcançar para implementar o Pilar Europeu. O Pilar Europeu tem um conjunto de *nuanças* e essas passam pela negociação coletiva e por um envolvimento mais profundo dos parceiros sociais na chamada "*governance*", que no fundo é a governação dos vários Estados-Membros e da UE, e a UGT espera que haja a capacidade de compromisso de todos os envolvidos. Sei que é um risco, mas pode até resultar numa declaração muito redonda, que no fundo é não atacar ninguém, e ter objetivos programados que podem até nunca ser alcançados. Nós desejamos que vá muito além disso.





JF - O PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS INTEGRA TRÊS GRANDES PILARES: IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO, CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS E PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAIS. QUAL É A SITUAÇÃO DE PORTUGAL EM TERMOS DE OPORTUNIDADES DE ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO?

CS - Não digo que Portugal esteja na cauda da Europa, mas neste momento começo por dizer que "o tempo é o homem e a sua circunstância", frase que sabemos que é batida ao longo das últimas décadas. E porquê? Temos de analisar a situação em que Portugal e o resto da Europa se encontram. Estamos numa situação que dura há um ano em plena pandemia, há um conjunto de iniciativas em relação a várias matérias, mas há muita incerteza e indefinição pela frente. Há incerteza quanto à vacinação. Acreditamos que a vacinação vai criar a imunidade para darmos passos maiores, mas o Pilar Europeu não perde a sua atualidade. A situação portuguesa é de algum controlo dos números do desemprego, mas há aprofundamento das desigualdades e acima de tudo muita pobreza. Relembro que em abril foram publicados um relatório e um estudo: um relatório da OCDE dando nota que as desigualdades se aprofundaram e, portanto, temos aqui um problema de mobilidade social e naturalmente de pobreza e um estudo elaborado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos que veio revelar que parte dos portugueses no ativo, muitos deles com um contrato permanente, são pobres. Ora isto indica que dentro do Pilar Europeu, das condições sociais e das oportunidades de emprego estamos longe de atingir uma métrica que satisfaça os objetivos do movimento sindical.

JF - PRESUMO ENTÃO QUE DÊ NOTA NEGATIVA ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS PARA OS TRABALHADORES?

CS - Dou nota negativa a uma generalidade de condições, não digo que dê a todos os trabalhadores, porque há alguns que estão em situação melhor e outros em situação pior. Quem é que está melhor? Aqueles que apesar de tudo que têm a felicidade de terem um emprego com estabilidade. E o facto de termos assistido no setor privado ao longo do último ano ao *lay-off*, à redução dos salários, à imposição obrigatória do teletrabalho, ao encerramento de setores de atividade ou suspensão do trabalho dentro das empresas, isto só pode pronunciar uma situação que se pode agravar. Temos a situação de 86 mil famílias com moratórias na banca, que em setembro terão de começar a ser pagas e caso isso não aconteça temos um problema, pois não sabemos o que lhes pode acontecer. E com crédito à habitação: serão despejadas? Não sabemos... Em relação ao Estado este tem que ter atenção à questão social, mas simultaneamente olhar para a banca e perceber o que pode acontecer com os não pagamentos. Vamos ter imparidades? Vamos entrar novamente num colapso bancário? Há muitas incertezas que impõem prudência em qualquer decisão do Estado, mas o movimento sindical também tem de estar atento às necessidades dos trabalhadores.

"A situação portuguesa é de algum controlo dos números do desemprego, mas há aprofundamento das desigualdades e acima de tudo muita pobreza".



JF - OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO EXIGEM O RECONHECIMENTO E A VALORIZAÇÃO DO SEU TRABALHO EM QUESTÕES COMO AS CARREIRAS, OS SALÁRIOS, A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, OS CONCURSOS, ENTRE OUTRAS. QUAL O MELHOR CAMINHO PARA QUE ESTAS REIVINDICAÇÕES SEJAM CUMPRIDAS?

CS - Não sei se existe um melhor caminho. 'O ótimo é inimigo do bom' e o que existe é um caminho que a UGT sempre defendeu através dos seus sindicatos, que é o do diálogo social e da negociação coletiva. Nós temos consciência que só há negociação coletiva e diálogo social quando há vontade das partes envolvidas. E na educação, em particular, a situação é mais problemática, porque implica uma negociação direta com o Estado. Se o Estado não dá o exemplo de disponibilidade negocial para com os sindicatos do setor da educação imagine-se o que é que se pode falar dos privados. É verdade que o Estado responde perante o país à necessidade de ajustar os seus custos de manutenção e quando se fala do aumento do défice olha-se sempre para os funcionários públicos.

A pergunta que se faz é: mas os funcionários públicos são dispensáveis ou descartáveis? Nós sabemos que não. Eles prestam um serviço excepcional aos portugueses, na área educativa, são eles que formam, cuidam e tratam os filhos dos portugueses, aqueles que estudam e que têm necessidade de se qualificar, e isto implica do Estado português um esforço para valorizar os trabalhadores e as carreiras. E como somos todos trabalhadores por contra de outrem valorizar também os salários. E isso efetivamente não tem acontecido desde 2009, o que é um enorme desconforto, para além de não haver uma renovação sobretudo ao nível dos docentes que, como a FNE bem sabe neste particular, há pouca gente abaixo dos 35 anos a dar aulas o que significa que há um envelhecimento da classe docente. Então o Estado tem de investir. Como é que investe? O Estado decidirá, mas deve fazê-lo em comum acordo, em diálogo com os sindicatos da educação. E isso efetivamente, tem-se visto pouco.

JF - NA ÓTICA DA UGT COMO ESTAMOS EM TERMOS DE PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAIS?

CS - Essa é uma pergunta sempre difícil. A Segurança Social tem respondido de forma proativa às necessidades de ajuste das suas intervenções, fruto do que tem acontecido com a pandemia. No mês de março, em reunião de concertação social, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social informou que cerca de três mil milhões de euros tinham sido alocados dos cofres da Segurança Social para ajudar os trabalhadores. Naturalmente os trabalhadores são ajudados através das empresas que lhes garantem os salários. E nós entendemos que esse esforço do Estado é pertinente, e acima de tudo os trabalhadores são merecedores desses apoios, de forma a não cairmos numa situação de crise social e acima de tudo de conflitualidade. O Estado tem-se portado bem relativamente a esta matéria. Se me perguntar se é preciso mais respondo que é, mas o país não tem uma árvore das patacas nem para as empresas, sabendo nós que até março o Governo já tinha ajudado com cerca de sete mil milhões de euros as empresas portuguesas. Ora se a bazuca europeia representa 14 mil milhões durante alguns anos então metade já lá vai. Ninguém sabe como vai acabar, mas acima de tudo é preciso continuar a haver apoios do Estado para que ninguém fique para trás. O que foi feito até agora tem sido feito com esforço, alguma organização, mas tem-se reconhecido uma clara sensibilidade social por parte do Estado, que faz falta num momento como o que passamos.

"Então o Estado tem de investir. Como é que investe? O Estado decidirá, mas deve fazê-lo em comum acordo, em diálogo com os sindicatos da educação. E isso efetivamente, tem-se visto pouco".



JF - UM DOS GRANDES OBJETIVOS DA CIMEIRA SOCIAL DO PORTO SERÁ O REFORÇO DA DIMENSÃO SOCIAL DA EUROPA, PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS LIGADOS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E À TRANSIÇÃO DIGITAL. COMO É QUE A UGT VÊ O DESAFIO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS PARA OS SINDICATOS?

CS - A UGT vê da mesma forma que a generalidade dos Estados-Membros e sobretudo os grupos mais jovens defensores do ambientalismo, como a Greta Thunberg, têm vindo a defender. É preciso reduzir as emissões de carbono, ter uma economia mais verde, reduzir um conjunto de emissões poluentes para a atmosfera e apostar em áreas da economia que resultam na automação e digitalização de procedimentos ao nível industrial. Agora, os sindicatos têm de perceber que mais digital significa redução de postos de trabalho. E os sindicatos têm estado sempre disponíveis para diálogo social relativamente a esta redução de postos de trabalho e também no acompanhamento da transformação gradual na economia verde, na evolução tecnológica e na inteligência artificial, que é uma matéria que está no livro verde das relações de trabalho que estamos a discutir e que está em consulta pública.

Não sabemos bem como isto vai evoluir, agora a proatividade da vida sindical tem de ser conjugada com a das empresas. E por isso a UGT e seus sindicatos terão de acompanhar paulatinamente esta evolução do mercado de trabalho, as novas tecnologias e uma aposta que vem aí na Cimeira Social e que é um dos painéis. Um é sobre trabalho e emprego, mas há outro para além da proteção social que será inovação e qualificação. Ora a qualificação dos trabalhadores é uma forma de ultrapassar deficiências, pois o que hoje é uma função normal dentro do mercado de trabalho pode amanhã desaparecer e ser alterada para outros e se as pessoas não se prepararem do ponto de vista da sua reconversão profissional e de novas competências podemos ter um problema que agudiza a conflitualidade social.

É neste sentido que os sindicatos estão disponíveis para participar nesta cimeira e sobretudo para participar no dia nove de maio na conferência sobre o futuro da Europa. Tudo isto com o Pilar Europeu, com a discussão polémica do salário mínimo europeu e com um conjunto de matérias que estão no Pilar. Os sindicatos têm de ser parte integrante e não secundária nesta questão, porque não são só os parlamentos que

intervém. Neste momento a decisão do Governo português e da Comissão Europeia é chamar os parceiros sociais e pode ser um grande momento a tal declaração conjunta no final do dia sete.

JF - FALANDO EM TRANSIÇÃO DIGITAL COMO É QUE SE PODE GARANTIR A IGUALDADE DE DIREITOS PARA TODOS, NÃO DEIXANDO NINGUÉM PARA TRÁS?

CS - Essa é uma matéria que dura há 100 anos. Se voltarmos antes da revolução de 1917, para os princípios marxistas, vemos que 'a terra a quem a trabalha' ou 'para trabalho igual, salário igual' ou seja, há um conjunto de princípios que continuamos a defender, mas adaptados às dinâmicas do mercado de trabalho. Como é que ninguém pode ficar para trás? Nós não queremos ninguém no desemprego, mas para não haver desemprego é preciso haver empresas que criem esse emprego e aquilo que a UGT sempre tem defendido no diálogo e na concertação social em Portugal é colocar-se num patamar de discussão de igual para igual com os patrões.

Quando alguém no movimento sindical europeu, sobretudo em Portugal, diz que os patrões são sempre o poder principal, nós temos de lutar. A nossa luta dentro da UGT e dos seus sindicatos foi sempre de reivindicar melhores condições de trabalho. Essas condições têm de vir ao encontro das necessidades dos trabalhadores. E nós sabemos que há uma parte mais forte e outra mais fraca. Há uma parte que paga, que emprega, que manda e outra que não sendo subserviente está vinculada à entidade patronal e aqui entra um dos patamares fundamentais do Pilar Europeu e aquilo que a UGT sempre tem defendido: precisamos de uma negociação coletiva forte. Esta negociação não é uma panaceia para todos os males, mas é uma forma que os sindicatos encontraram há 100 anos para junto das entidades patronais conseguirem encontrar denominadores comuns que defendam os trabalhadores, mas também as empresas.

Uma negociação coletiva tem direitos e deveres para ambas as partes, tem um conjunto de compromissos, regras no Código de Trabalho, que dizem ser a negociação coletiva que deve adaptar-se às condições de evolução do mercado. Mas bem, a negociação coletiva é acordo de partes. É preciso haver boa vontade e em democracia as pessoas são obrigadas a entender-se e isso é difícil.

"Mas bem, a negociação coletiva é acordo de partes. É preciso haver boa vontade e em democracia as pessoas são obrigadas a entender-se e isso é difícil".

Leia a 2ª parte desta entrevista na edição de maio

**Tiago Soares
Jornal FNE**

ENFRENTAR OS DESAFIOS APROVEITAR AS OPORTUNIDADES

Vivemos tempos complicados, infelizmente completamente originais e desafiadores em relação ao trabalho das escolas, ao desempenho dos seus atores, assim como dos sindicatos representativos dos trabalhadores da educação.

Numa altura em que a pandemia limita as deslocações e os contactos diretos entre pessoas, o SDPGL depressa soube adaptar-se às novas condições e nunca deixou de assumir as suas funções, tendo recriado formas de comunicação e contacto com os associados e as escolas que pertencem à nossa área de influência. No meio da incerteza, da preocupação com a saúde e as limitações que tivemos de ultrapassar, **o sindicato nunca parou**, tendo, em algumas situações, sido até mais interventivo e mais presente. De salientar o envio de informação aos associados, as ofertas de formação contínua proporcionadas online, a revitalização da nossa presença nas redes sociais, a presença constante nos diversos eventos e reuniões, a atualização e

promoção das regalias sociais dos associados, etc. **Nenhum sócio ficou por atender, nenhuma reivindicação ficou por fazer, nenhuma ausência de participação se fez sentir. Aprendemos a fazer sindicalismo de outra forma. Abraçamos as novas oportunidades.**

Esta é a força que nos move e move os docentes que representamos, que nunca baixam os braços e não viram as costas aos maiores desafios que têm de enfrentar para ajudarem os seus alunos a tornarem-se melhores cidadãos, mais críticos, mais participativos e melhor preparados para assumir o seu papel na sociedade. Desejamos e cremos que rapidamente todos iremos recuperar desta(s) crise(s). **Os docentes e as escolas podem contar connosco!**

Maria José Rangel – Vice-Presidente do SDPGL
António Sota Martins – Vice-Presidente do SDPGL



MARGARIDA MANO EM WEBINÁRIO DA FNE/AFIET: “O ESPAÇO DA ESCOLA DO FUTURO NÃO TEM MUROS”

"Ainda estamos num processo, mas hoje, mais do que no ano passado, já temos mais certeza do que a escola deve ter em conta para construir o futuro". Foi desta forma que Margarida Mano, a oradora convidada do VI webinar do ciclo com ex-Ministros da Educação "Que caminhos para a escola na pós-pandemia" lançou as suas perspetivas sobre os desafios para o futuro da escola, num debate que contou com a moderação do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, e José Ricardo Coelho, Vice-Secretário-Geral da FNE.

E uma certeza Margarida Mano acentuou: "A escola espondeu bem às exigências que lhe foram colocadas. Mas é necessário aproveitar esta oportunidade para reformar, criar estratégias e perceber onde se quer chegar", acrescentando ainda que "é um ponto importante entender se queremos resolver problemas imediatos ou sermos o profeta do futuro que não nos pertence, arriscando condenar a escola pública no futuro".

Mostrando orgulho pela relação que foi construindo com a FNE ao longo dos anos, Margarida Mano considerou que a pandemia da Covid-19 trouxe à educação três aspetos positivos: primeiro um processo de aprendizagem acelerado, quase revolucionário, que afetou alunos, professores e até encarregados de educação; segundo, o facto de o poder político ter colocado o foco no ensino digital, com o alerta da oradora de que "não basta distribuir computadores e assegurar a conectividade"; e por último "a questão pedagógica, com plataformas colaborativas, projetos que ganharam novos ambientes em autoaprendizagem, sem grande estruturação dos poderes políticos".

Mas a pandemia também trouxe aspetos negativos à Educação, a começar logo pelo défice cognitivo, aquilo que os alunos não aprenderam. Para Margarida Mano, é importante que os alunos aprendam o "essencial do que perderam", porque a questão não se fica pelo que não aprenderam, mas também se estende a "uma consequência social para o futuro".



Reveja aqui a intervenção de Margarida Mano, convidada do ciclo de Webinários "Que caminhos para a escola na pós-pandemia".



Porém, o que mais a preocupa é o agravamento das desigualdades sociais, como há muito não se via e "a procissão ainda vai no adro". Este impacto das desigualdades também atingiu a escola, os contextos familiares, as tecnologias, os territórios, pois "é mais difícil combater as desigualdades à velocidade digital".

Um terceiro aspeto negativo trazido pela pandemia foi o agravamento das fragilidades que já tínhamos. A atual Vice-reitora da Universidade Católica para a Qualidade convoca neste ponto o envelhecimento do corpo docente, as condições de trabalho dos docentes e não docentes, a precariedade e questões várias relacionadas com a demografia. Todavia, sublinha que em sua opinião "o essencial da missão da escola não mudou e continua a ser a de preparar as gerações para os desafios do futuro".

Margarida Mano considera que temos que olhar para algumas questões sobre a escola com maior profundidade: a tecnologia é instrumental, é conhecimento aplicado. A escola vai por isso precisar da tecnologia, pois é um desígnio nacional e global: "Este fator é incontornável, até porque vamos ter a Inteligência Artificial e o 5 G nas escolas, no processo educativo. Este processo não se trava, mas temos que ver como é que ele nos pode ajudar". A ex-Ministra da Educação sublinha que a pandemia quebrou um medo que o papel do professor pudesse ser substituído na educação. No entanto, observou-se o contrário, "porque o professor não é substituível, sobretudo na proximidade da relação com o aluno e com a aprendizagem do conhecimento. E sem conhecimento não há preparação para o futuro".

"OLHAR PARA O FUTURO TEM MUITO QUE VER COM O PROFESSOR"

No campo da oportunidade da tecnologia, que ainda desconhecemos até que ponto, a oradora convidada da FNE relembra a transição digital, e releva sobretudo que a desigualdade no acesso pode ser fatal no futuro. Por outro lado, acentua a questão geracional, o envelhecimento na profissão docente e a importância da passagem de testemunho profissional para os professores mais jovens. Por último, frisa que os mais jovens têm que ser ouvidos e de incorporar o seu próprio saber na construção da escola do futuro.

Margarida Mano aponta três caminhos fundamentais para a escola dos próximos anos. Primeiro: "manter a acessibilidade a todos e



construir um coletivo a olhar para a escola, uma vez que a sua sustentabilidade depende de uma vontade coletiva de corresponsabilização, essencial para uma educação inclusiva". De igual modo essencial é que "com a pandemia, a escola saiu para fora dos seus muros. E o espaço da escola do futuro não tem muros, nem paredes, é muito mais que um espaço físico".

Por isso, as prioridades são fundamentais, uma vez que a "pandemia demonstrou que olhar para o futuro tem muito que ver com os professores, com a sua capacitação útil, com o recrutamento, avaliação e valorização, com a sua capacidade de inspiração, de transmitir o conhecimento".

No final, e socorrendo-se do "Relatório de Riscos Globais 2021" do Fórum Económico Mundial e da publicação da UNESCO "Educação no mundo da pós-Pandemia – Nove ideias para uma ação pública", Margarida Mano referiu-se a possíveis avaliações de riscos, através de um Horizonte de Riscos Globais, que representavam uma linha temporal estimada para que os riscos representem uma ameaça global. No top 10 de riscos por probabilidade lá constavam a concentração do poder digital (6º lugar) e a desigualdade digital (7º). Quanto às nove ideias para ação pública na educação num mundo pós-Covid nos dois primeiros lugares constavam o Assumir e Educação como um Bem Comum e Expandir o Direito à Educação.

Depois de José Ricardo Coelho e João Dias da Silva mencionarem a necessidade de uma responsabilidade partilhada e os sérios problemas levantados pela internacionalização do digital, Margarida Mano respondeu a algumas questões relevantes colocadas pelos participantes. A ex-Ministra da Educação salientou que "este tempo da Pandemia não foi perdido, foi um tempo excepcional" e que havia muita coisa mal na valorização do professor. A sua proposta foi muito clara: "É preciso muita gente à roda de uma mesa para fazermos caminho". Pelo que João Dias da Silva concluiu: "Vamos continuar a trabalhar com quem representamos. E o caminho é onde todos possam partilhar os seus contributos".

"É mais difícil combater as desigualdades à velocidade digital".

"Manter a acessibilidade a todos e construir um coletivo a olhar para a escola, uma vez que a sua sustentabilidade depende de uma vontade coletiva de corresponsabilização, essencial para uma educação inclusiva".

JOSÉ CORDEIRO: «O MOVIMENTO SINDICAL NÃO PODE DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS»

José Cordeiro, Secretário-Geral Adjunto (SGA) da União Geral de Trabalhadores (UGT) e dirigente do Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa (SDPGL) foi o primeiro convidado do ciclo de Webinários com dirigentes sindicais "Desafios aos Sindicatos na pós-pandemia", organizado pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pelo Canal4 da AFJET, que contou com a moderação de Pedro Barreiros, Vice-Presidente da AFJET.

O diálogo abriu com o dirigente sindical da UGT a defender que o futuro exige mudanças nas relações sociais, recordando que o papel do sindicato depende acima de tudo "daquilo que o sindicalista faz na procura por justiça aos injustiçados. A missão de um sindicalista é equilibrar as partes quando não há justiça, sendo que esse é, para mim, o grande objetivo da negociação coletiva". E acrescenta: "Na mitologia grega, na Caixa de Pandora ficou a esperança. E todo o movimento sindical se rege pela Esperança".

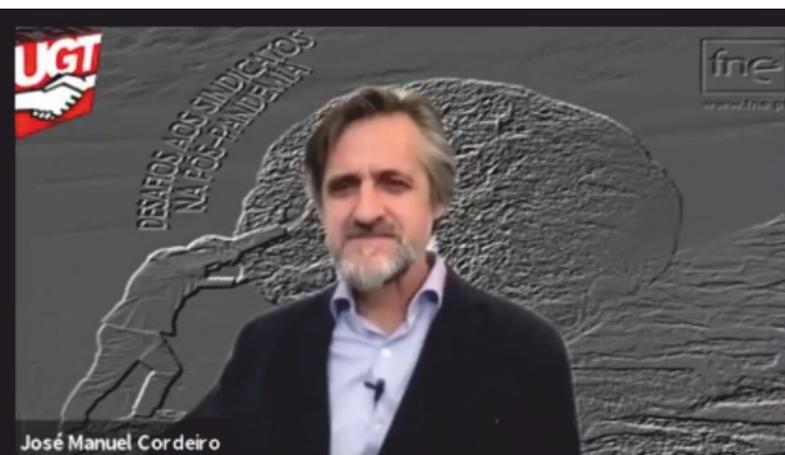
José Cordeiro partiu para uma breve reflexão histórica sobre aquilo que foi a construção da UGT, nascida com Sá Carneiro e Mário Soares. E começou por fazê-lo recordando as palavras do político e professor universitário, Mário Sottomayor Cardia, para quem "a última das liberdades conquistadas com Abril foi a liberdade

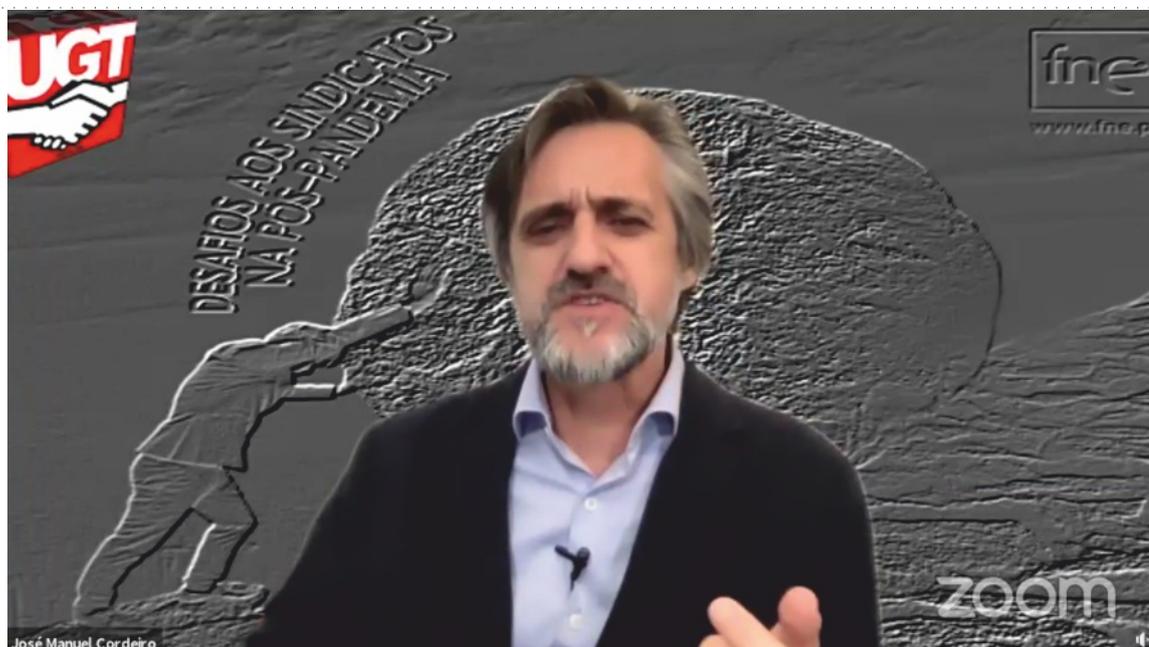
sindical", acrescentando depois a importância da UGT na democratização do movimento sindical em Portugal, que proporcionou o diálogo social, a negociação coletiva, o aparecimento de sindicatos democráticos, algo que demonstra o papel fundamental dessa conquista da central sindical.

Especialista em Filosofia Política e intervenção sindical, José Cordeiro não tem dúvidas que, vários desafios e conquistas depois, "a UGT tem hoje capacidade para se tornar na maior Central Sindical portuguesa. Acima de tudo, porque tem provado que consegue adaptar-se aos novos tempos, sem amarras ideológicas".

A UGT tem um foco muito relevante, que é a concertação social. Mas não vive só do panorama nacional, pois "a Central é reconhecida internacionalmente. Entre outras, a UGT tem reuniões na ONU, no FMI, na OCDE, na União Europeia e tem 'arcaboço' para se aguentar, tendo até algo praticamente irrepitível que é o facto de Maria Helena André, sindicalista da UGT, ser Diretora do Departamento das Atividades dos Trabalhadores (ACTRAV) da OIT - Organização Internacional do Trabalho, em Genebra". Por outro lado, é a única central portuguesa na Confederação Sindical Internacional (CSI) e no Comité Sindical Consultivo da OCDE – TUAC.

«A missão de um sindicalista é equilibrar as partes quando não há justiça, sendo que esse é, para mim, o grande objetivo da negociação coletiva».





OPORTUNIDADE PERDIDA NO REFORÇO DA CONCERTAÇÃO SOCIAL

Para José Cordeiro o futuro passa sempre "pela concertação social. Mas estes tempos (de pandemia) são atípicos, não se podem comparar com nada", considerando que se perdeu uma oportunidade de reforçar o papel da concertação social no mundo do trabalho. Falando mais diretamente do relacionamento do Governo com as organizações que representam os trabalhadores, o SGA da UGT afirma categoricamente que a 'geringonça' também tem enfraquecido duramente o papel dos sindicatos.

Perguntado sobre o modo como a UGT tem vivido os tempos da pandemia, José Cordeiro assumiu positividade nas respostas alcançadas pela Central Sindical aos desafios colocados: "Não há muito tempo vivemos as contrariedades da Troika, mas a crise da COVID foi igual para todos. O primeiro grande objetivo da UGT foi proteger rendimentos e postos de trabalho. Porque o movimento sindical não pode deixar ninguém para trás. É preciso muito empenho na proteção dos trabalhadores".

Mas também há muitos aspetos negativos, acima de todos o desemprego, que ele classifica como uma nuvem negra, o grande desafio do presente e do futuro. O convidado da FNE/AFIET sublinha ao mesmo tempo algumas áreas que a UGT não deixou cair durante a pandemia, como "o subsídio de refeição, o layoff pago a 100% ou a defesa dos trabalhadores do ataque de empregadores ao mundo do trabalho, como vimos nos EUA e na Alemanha".

Relativamente ao passo seguinte, para o SGA da UGT "vamos ter o grande desafio da forma como se vai desenvolver o modelo da reindustrialização da Europa e como vai ser realizado o financiamento do emprego jovem". Esperam-se

pois, para a UGT e para o movimento sindical de todo o mundo, tempos que vão implicar novas formas de luta contra a precariedade, quando à segmentação do emprego, das questões que o teletrabalho levanta, dos salários baixos e da luta por um salário mínimo europeu. José Cordeiro recorreu a um estudo nacional de 2019 para acrescentar que "até 2030, 700 mil trabalhadores portugueses podem ter que adquirir novas competências, incluindo educadores e professores. Daí termos de estar muito atentos a todas estas situações".

No momento de lançar algumas das questões colocadas pelos participantes deste webinar, Pedro Barreiros anotou o modo como "os trabalhadores perceberam o trabalho dos sindicatos durante a pandemia, para a forma como os líderes sindicais olharam para o modelo de sindicalismo adotado neste período tão atípico e como fazer a transição para o período pós-pandemia".

A fechar, José Cordeiro lembrou que "nos países onde o sindicalismo é mais avançado as sociedades são também mais justas. Felizmente que hoje os governos percebem que o diálogo social é importante. Mas ser sindicalista ainda incomoda muita gente". Relativamente ao sindicalismo jovem, o SGA da UGT sublinha que "o problema da juventude e dos sindicatos já é velho. Não podemos esquecer que, hoje em dia, os jovens mudam muito de emprego, estão num setor agora e amanhã estão noutro. E os recibos verdes continuam infelizmente a proliferar no mundo do trabalho".

Por isso, talvez seja altura de "se rever o modelo de organização sindical e lutar por essa alteração", pois com a globalização e na globalização a UGT tem de estar sempre na primeira linha, para que o movimento sindical saia ainda mais reforçado depois desta pandemia.

"Até 2030, 700 mil trabalhadores portugueses podem ter que adquirir novas competências, incluindo educadores e professores. Daí termos de estar muito atentos a todas estas situações".

Reveja aqui a intervenção de José Cordeiro, primeiro convidado do ciclo de Webinários "Desafios dos Sindicatos na pós-pandemia".



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt

ANTÓNIO FONSECA, PRESIDENTE DO MAIS SINDICATO: "A BANCA HOJE EM DIA JÁ NÃO DÁ EMPREGO PARA A VIDA"

António Fonseca, Presidente do MAIS Sindicato, foi o segundo convidado do Ciclo de Webinários com Dirigentes Sindicais "Desafios aos Sindicatos na pós-pandemia", organizado pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pela AFJET- Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho.

Sindicalista desde 2003 e Presidente do MAIS desde 2020, António Fonseca assumiu nesta intervenção online que este é um momento muito complicado para a banca. Não só pela pandemia da COVID-19, mas também por uma situação que já vinha a deteriorar-se anteriormente, devido a taxas negativas, spreads baixos e à digitalização, argumentos que têm servido para justificar os fracos aumentos de salários no setor.

Num diálogo moderado por José Ricardo Coelho, Vice-Secretário-Geral (Vice-SG) da FNE, António Fonseca começou a sua apresentação com uma breve nota sobre a história do MAIS Sindicato, deixando uma crítica à forma como a negociação coletiva ocorre atualmente: "Antigamente os administradores e dirigentes dos bancos iam às reuniões. Agora enviam advogados sem poder negocial, o que prejudica o desenvolvimento do processo de negociação".

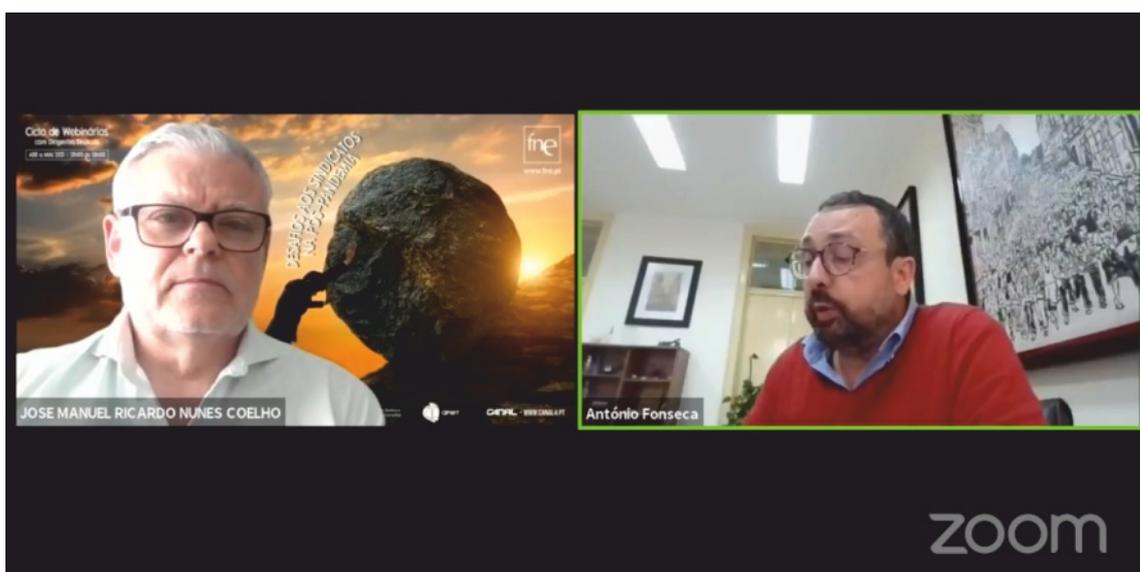
Mas numa abordagem mais direta aos desafios futuros do sindicalismo, o presidente do MAIS defendeu que "os sindicatos têm de virar a

página e reinventar-se, fazendo novas formas de sindicalismo, com estratégias novas para melhorar a sindicalização", acrescentando que o online não substitui o presencial, principalmente na contratação coletiva, em que espera "voltar rapidamente a reuniões presenciais, porque é preciso ver a cara e as expressões faciais, pois há pormenores que as máquinas não permitem".

Enquanto esse regresso presencial não acontece, António Fonseca sublinha que a comunicação é algo fundamental para o presente e também para o futuro dos sindicatos, uma vez que "estamos a aprender a comunicar de diferentes formas, na tentativa de atrair novos sócios, pois é cada vez mais difícil encontrar as pessoas no local de trabalho".

Relativamente ao momento atual do sindicalismo bancário, o convidado deste webinário deixou um lamento: "Este é um momento muito difícil para a banca, estamos a ser fustigados com uma enorme redução de trabalhadores e o futuro não parece bom. Estamos perante uma destruição da classe. E tivemos de reagir, criando canais que nos aproximam dos sócios, como por exemplo uma Linha SOS de apoio laboral para aqueles trabalhadores que, de repente, se veem sem emprego", considerando ainda que "a banca hoje em dia já não dá emprego para a vida".

"Estamos a aprender a comunicar de diferentes formas, na tentativa de atrair novos sócios, pois é cada vez mais difícil encontrar as pessoas no local de trabalho"





PRIVILEGIAR A NEGOCIAÇÃO NA DEFESA DOS TRABALHADORES

A luta, revela António Fonseca, tem sido feita junto das administrações, "às vezes de forma silenciosa", pois ao contrário de outros sindicatos "não vamos para a rua fazer manifestações. As pessoas têm medo e não se querem expor". Por isso "mantemos a porta do sindicato aberta. Não servimos apenas para contratação e negociação coletiva. Temos um trabalho muito nobre, que abrange outras áreas como a saúde, através dos nossos hospitais SAMS, a formação profissional ou o apoio social e jurídico".

E no meio dessa luta há entraves. Para António Fonseca "ser sindicalista não é fácil. Somos maltratados, incompreendidos, mas acho que mais tarde ou mais cedo as pessoas vão valorizar o papel dos sindicatos na democracia", realçando o papel da UGT no diálogo social, pois "não precisamos de sindicatos que andem em manifestações, mas que depois nada contribuem na mesa negocial. Privilegiamos sempre a concertação e a negociação na defesa dos nossos trabalhadores".

José Ricardo Coelho, moderador deste webinar, realçou depois o desafio extra que António Fonseca vive, ao ser eleito, em março de 2020, para a direção do MAIS, enfrentando todo o caos provocado pela pandemia.

O Vice-SG da FNE colocou em seguida algumas questões de participantes, que andaram em redor de temas como a estratégia para combater o avanço tecnológico na banca, o segredo para manter estáveis os números de sindicalizações e os problemas futuros da contratação coletiva.

Para António Fonseca, a resposta àquelas questões passa, em muito, pela já referida "reinvenção dos sindicatos. E isso implica chamar gente jovem, com formas diferentes e novas de pensar. Não há segredo nenhum na sindicalização. O que há é um objetivo de chegar aos jovens nessa sindicalização", comentando que cada vez é mais difícil negociar aumentos: "Temos tentado conseguir algumas regalias com cláusulas, mas está muito difícil alcançar melhorias. A contratação é hoje muito mais complicada do que anos 70/80. Há menos abertura e temos de ser cada vez mais imaginativos".

Já sobre a questão da digitalização, o convidado da FNE/AFIET atirou que "a solução para mim, passa por requalificar os trabalhadores numa outra atividade no setor. O balcão pode vir a desaparecer, mas os bancos devem arranjar locais para os trabalhadores desenvolverem as suas tarefas. Não pode ser em casa. Aliás, fala-se em teletrabalho, mas isto para mim não é teletrabalho. É preciso regulamentar esta situação. Tentámos regulamentar no último Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), mas a banca está resistente, à espera das mudanças no Código de Trabalho".

A fechar, António Fonseca deixou o alerta de que "a banca nunca mais vai voltar a ser igual ao que era antes da pandemia. Não sei o que vem aí, mas sei o que está a acontecer, que é uma brutal redução de trabalhadores. A banca sempre esteve na vanguarda da tecnologia, mas não é possível ter um serviço 100% automatizado. O desafio do futuro pode mesmo passar por novas categorias, em que os sindicatos devem apostar para encaixar os trabalhadores retirados dos balcões".

«A banca nunca mais vai voltar a ser igual ao que era antes da pandemia. Não sei o que vem aí, mas sei o que está a acontecer, que é uma brutal redução de trabalhadores».

Reveja aqui a intervenção de António Fonseca, convidado do ciclo de Webinários "Desafios dos Sindicatos na pós-pandemia".



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt



www.fne.pt

DESAFIOS AOS SINDICATOS NA PÓS-PANDEMIA



ABRIL

15



José Cordeiro

Secretário-Geral
Adjunto da UGT

22



António Fonseca

Presidente do MAIS

29



José Abraão

Secretário-Geral do
SINTAP e da FESAP

MAIO

6



Mário Mourão

Presidente da
Direção do SBN

13



Rui Miranda

Secretário-Geral
do SINDEL

20



Carlos Silva

Secretário-Geral
da UGT

Ciclo de Webinários
com Dirigentes Sindicais

ABR a MAI 2021 | 17h00 às 18h00



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt



AFIET

CANAL • WWW.CANAL4.PT

NÃO PODEMOS CONTINUAR INVISÍVEIS



Muitos são os assuntos pendentes sobre o Pessoal de Apoio Educativo que se arrastam há dezenas de anos. Por exemplo, não são denunciadas situações tão graves como, no âmbito da gestão deste pessoal, as que se relacionam com a transferência de competências do Ministério da Educação para as autarquias como o retrocesso que é o voltar ao recurso a CEI - Contrato de Emprego-Inserção - e a recibos verdes, situações verdadeiramente inaceitáveis.

Ou, por outro lado, como tão deficientemente, a Gestão das escolas tem processado a avaliação de desempenho destes trabalhadores ou, ainda, os obstáculos que, sistematicamente e por via de regra, coloca à frequência de ações de formação destinadas a trabalhadores, absolutamente indispensáveis à melhoria da qualidade do funcionamento dos próprios estabelecimentos de educação e de ensino.

O Pessoal de Apoio Educativo (Não Docentes) tem uma responsabilidade enorme em todo o trabalho desenvolvido nas comunidades escolares. Entre outras, por exemplo, cabe aos assistentes operacionais zelar no sentido de que às crianças e jovens – cujos pais e encarregados de educação, entregam à Escola como o seu mais precioso bem – seja exigido o cumprimento do Regulamento Interno da Escola, nomeadamente, no que concerne à disciplina fora das salas de aula, no exercício da autoridade democrática que nos está confiada, como protagonistas qualificados do Sistema Educativo.



Contudo, paradoxalmente, esta vertente tão importante das missões que nos estão confiadas, é subalternizada, ou nem sequer tomada na sua devida importância para o êxito do projeto de cada escola, sem que se concretize todo um trabalho de desmontagem e descodificação do complexo mecanismo social que leva a conotar os antigos contínuos, os subsequentes auxiliares de ação educativa e atuais assistentes operacionais, apenas e quase exclusivamente, com as tarefas da limpeza e higienização das instalações.

Até que ponto é que a responsabilidade por este silêncio não terá de nos ser particularmente assacada, é matéria que deixamos em suspenso embora não deixemos de nos interpelar muito diretamente. A realidade é que temos deixado que os anos passem descurando esta vertente de denúncia à comunidade de problemas que se arrastam pelos gabinetes dos decisores políticos, é hora de agir com determinação.

Daí que, para além do pessoal já referido, se imponha concretizar todas as medidas que, além das reivindicativas, também conduzam ao reconhecimento social dos técnicos das várias carreiras, dos assistentes técnicos e de todos quantos, sob a designação de Pessoal de Apoio Educativo, são indispensáveis ao funcionamento dos estabelecimentos de Educação e de Ensino.

Ora bem, assiste à comunidade educativa, em geral, o direito de conhecer os problemas que todos enfrentam nos seus locais de trabalho no exercício de funções cujo objetivo fundamental é, em todos os espaços que não a sala de aula, a Educação das crianças e dos jovens que lhe está cometida.

A hora é de agir.

Cristina Ferreira
Presidente do
STAAE SUL E RA

**FUNCIONÁRIOS
ESCOLA
TAMBÉM EDUCAM**
FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

STAE
ZONA NORTE

STAE
ZONA CENTRO

STAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

STAAE-ZN PROMOVEU WEBINÁRIO SOBRE PERIGOS E OPORTUNIDADES DA INTERNET E CIBERSEGURANÇA

O STAAE-ZN realizou mais um webinar, desta vez sobre perigos e oportunidades da Internet, bem como cibersegurança. Esta iniciativa contou com como formador com José António Moreira, 2º vice-presidente do STAAE-ZN, formador de professores e doutorando em Jornalismo e Estudos Mediáticos.

Nesta formação os participantes tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas e partilhar algumas experiências vividas no dia-a-dia somando-se a isto os alertas para alguns perigos, tais como as fakenews, old news, deep news, phishing, ransomware e outros. O formador José Moreira deixou ainda um alerta especial sobre a darknet, que é uma parte do espaço IP alocado



que não executa serviços, servindo apenas como canal de tráfego escuro que é indesejado, por ser utilizado por piratas informáticos que se movimentam fora da lei.

FNE CONGRATULOU-SE COM REVISÃO DA PORTARIA DE RÁCIOS

A FNE considerou positiva a resposta do Ministério da Educação, exposta na Portaria de rácios nº 73/A, publicada em Diário da República e há muito reivindicada pela FNE, nomeadamente sobre a colocação em cada agrupamento escolar/escola não agrupada de um assistente técnico de apoio à Escola Digital.

Mas a FNE reiterou que é necessário passar da teoria à concretização desta portaria, abrir concursos e criar uma operacionalização

efetivamente rápida para que este processo seja uma realidade.

Alcançada que foi esta reivindicação relativa ao assistente técnico de apoio à Escola Digital, a FNE reforçou que em próximas revisões desta portaria seja também contemplada a necessidade de se alcançar uma resposta a outra reivindicação antiga da FNE, que é a integração de um enfermeiro em cada agrupamento escolar/escola não agrupada.

A última vez que o Governo mexeu na portaria de rácios foi no ano passado: o diploma foi publicado em outubro de 2020, embora os efeitos só se tenham sentido em janeiro deste ano.

28 DE ABRIL DIA EM MEMÓRIA DOS TRABALHADORES: SAÚDE E SEGURANÇA SÃO NOSSO DIREITO PARA TODA A VIDA

Numa altura em que uma em três pessoas trabalha a partir de casa e os que estão no local de trabalho tomam precauções especiais, o COVID-19 mostra a importância vital da segurança e da saúde ocupacional. Entre as 530.000 mortes por COVID-19 na União Europeia estão milhares de trabalhadores que contraíram o vírus no trabalho. Lamentamos as perdas e enviamos as nossas condolências e solidariedade a todos os entes queridos. Também nos lembramos daqueles que morreram no ano passado de cancro ou outra doença ou lesão no trabalho: mais de 100.000 só na Europa.

Se a imunização oferece esperança, a saúde e segurança devem permanecer uma prioridade máxima nos próximos meses e além. A saúde e segurança não são presentes das autoridades ou de um bom empregador: saúde e segurança no trabalho são SEU direito. Um direito pelo qual os sindicatos lutam!

Na União Europeia, “todo trabalhador tem direito a condições de trabalho que respeitem a sua saúde, segurança e dignidade”. O Direito comunitário obriga os empregadores a fornecer locais de trabalho saudáveis e seguros; exige que todos os trabalhadores sejam protegidos por leis de saúde e segurança; dá aos trabalhadores o direito de serem informados e consultados sobre questões de saúde e segurança e de nomear representantes de segurança no local de trabalho.

Isso significa que os empregadores são responsáveis por riscos óbvios, como exposição a substâncias perigosas, transporte de cargas pesadas ou movimentos repetitivos, bem como outros riscos menos amplamente reconhecidos, como o stresse relacionado com o trabalho, o assédio e a intimidação.

Apesar de direitos claros, a saúde e segurança estão longe de ser uma realidade para todos os trabalhadores. Um em cada três trabalhadores na Bulgária, Eslováquia e Espanha e quase metade na República Checa e na Grécia, obrigados a usar equipamento de proteção individual (EPI) no trabalho, recebe-o apenas ocasionalmente ou nunca o recebe. Em Portugal, é habitual depararmos com trabalhadores sem qualquer proteção.





Durante a crise da COVID, muitos trabalhadores essenciais, entre os quais mulheres - sobrerrepresentadas nos setores de cuidados e limpeza - não receberam EPIs adequados. O mesmo vale para os trabalhadores precários, cuja proteção social limitada os deixa sem escolha a não ser continuar a trabalhar, mesmo que apresentem sintomas do coronavírus.

Muitos trabalhadores não conseguiram suportar o distanciamento social. Trabalhar em casa acarreta riscos, como o aumento da violência doméstica (mais de um terço em alguns países da UE durante o confinamento), a incapacidade de desligar por longas horas e a falta de equipamento adequado em casa. O crescimento de trabalhadores em plataformas digitais está a deixar um número crescente de trabalhadores sem equipamento de proteção adequado - apenas 35% dos trabalhadores de plataformas dizem que sua plataforma tomou medidas para ajudá-los durante a pandemia.

Os sindicatos e os representantes de segurança desempenham um papel essencial na garantia da saúde e segurança. Todo o traba-

lhador que se preocupa com a própria saúde e segurança no trabalho deve associar-se a um sindicato e informar-se sobre a existência de um representante de segurança. O sindicato pode ajudar a garantir que um representante de segurança seja nomeado e ouvido pela sua gerência.

Os sindicatos lutam por melhor saúde e segurança no trabalho e na lei. Os sindicatos obtiveram limites de exposição ocupacional da UE para muitos agentes cancerígenos e estão lutando por limites mais rígidos para mais substâncias. Os sindicatos buscam fortalecer as obrigações legais dos empregadores na luta contra o stress e as dores nas costas (e outros distúrbios musculoesqueléticos). Os sindicatos também estão a pressionar para que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) implemente a decisão tomada, na sua conferência do centenário em 2019, para fazer da segurança e saúde ocupacional um direito fundamental no trabalho.

Saúde e segurança não são apenas para o Dia da Memória dos Trabalhadores ou mesmo a pandemia - é um direito nosso para toda a vida - literalmente!

Os sindicatos também estão a pressionar para que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) implemente a decisão tomada, na sua conferência do centenário em 2019, para fazer da segurança e saúde ocupacional um direito fundamental no trabalho.

DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 MAR. A 25 ABR. DE 2021

[Decreto nº 5/2021-DR nº 60-A/2021](#)

[Série I de 2021-03-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Declaração nº 5/2021 DR nº 62/2021](#)

[Série I de 2021-03-30](#)

Assembleia da República
Designação de representante para o Conselho Nacional de Educação.

[Decreto-Lei nº 25-A/2021-DR nº 62/2021](#)

[1º Suplemento, Série I de 2021-03-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga o regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais.

[Portaria nº 73-A/2021-DR nº 62/2021](#)

[1º Suplemento, Série I de 2021-03-30](#)

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação
Segunda alteração à Portaria nº 272-A/2017, de 13 de setembro, alterada pela Portaria nº 245-A/2020, de 16 de outubro, que regulamenta os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas.

[Despacho nº 3453/2021-DR nº 63/2021](#)

[Série II de 2021-03-31](#)

Educação - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação
Designa o licenciado João Miguel dos Santos Gonçalves para o cargo de diretor-geral dos Estabelecimentos Escolares.

[Resolução da Assembleia da República](#)

[nº 103/2021-DR nº 64/2021](#)

[Série I de 2021-04-01](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo a reabertura das escolas em segurança.

[Resolução da Assembleia da República](#)

[nº 106/2021-DR nº 64/2021](#)

[Série I de 2021-04-0124](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo que assegure medidas de educação inclusiva em estado de emergência.

[Resolução da Assembleia da República](#)

[nº 107/2021-DR nº 64/2021](#)

[Série I de 2021-04-01](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo a inclusão dos estudantes a estagiar em todas as entidades de saúde nos grupos prioritários de vacinação.





[Resolução da Assembleia da República
nº 108/2021-DR nº 64/2021
Série I de 2021-04-01](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que garanta condições para o ensino misto e não presencial, utilizando recursos do plano para a transição digital.

[Decreto nº 6/2021-DR nº 64-A/2021
Série I de 2021-04-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Resolução da Assembleia da República
nº 109/2021-DR nº 65/2021
Série I de 2021-04-05](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que estabeleça o programa nacional de apoio ao uso da bicicleta no ensino pré-escolar e que calendarize, orçamente e execute outras medidas que promovem a mobilidade ativa pedonal e ciclável.

[Lei nº 13-A/2021-DR nº 65/2021
1º Suplemento, Série I de 2021-04-05](#)

Assembleia da República

Renova a imposição transitória da obrigato-

riedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando, pela segunda vez, a vigência da Lei nº 62-A/2020, de 27 de outubro.

[Lei nº 13-B/2021-DR nº 65/2021
2º Suplemento, Série I de 2021-04-05](#)

Assembleia da República

Cessa o regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais adotado no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a Lei nº 1-A/2020, de 19 de março.

[Deliberação nº 336-A/2021-DR nº 65/2021
3º Suplemento, Série II de 2021-04-05](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Fixa os pré-requisitos exigidos para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano letivo de 2021-2022.

[Lei nº 16/2021DR nº 67/2021
Série I de 2021-04-07](#)

Assembleia da República

Alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei nº 8-B/2021, de 22 de janeiro, que estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais.

[Lei nº 19/2021-DR nº 68/2021](#)[Série I de 2021-04-08](#)*Assembleia da República*

Define as condições para a acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração auferida pelos trabalhadores em caso de incapacidade parcial resultante de acidente ou doença profissional, alterando o Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de novembro, que aprova o regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública.

[Decreto do Presidente da República](#)[nº 41-A/2021DR nº 72/2021](#)[1º Suplemento, Série I de 2021-04-14](#)*Presidência da República*

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República](#)[nº 114-A/2021DR nº 72/2021](#)[1º Suplemento, Série I de 2021-04-14](#)*Assembleia da República*

Autorização da renovação do estado de emergência.

[Despacho Normativo nº 10-B/2021](#)[DR nº 72/2021, 2º Suplemento](#)[Série II de 2021-04-14](#)

Educação - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação

Procede à segunda alteração do Despacho Normativo nº 6/2018, de 12 de abril, com a redação dada pelo Despacho Normativo nº 5/2020, de 21 de abril. [estabelece os procedimentos de matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos.]

[Decreto nº 6-A/2021-DR nº 73/2021](#)[2º Suplemento, Série I de 2021-04-15](#)*Presidência do Conselho de Ministros*

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Decreto-Lei nº 27/2021-DR nº 74/2021](#)[Série I de 2021-04-16](#)*Presidência do Conselho de Ministros*

Adequa e moderniza o regime de incentivos à cooperação das instituições de ensino superior com a Administração Pública e as empresas e o apoio à diversificação da oferta formativa e a aprendizagem ao longo da vida.

[Despacho nº 3866/2021-DR nº 74/2021](#)[Série II de 2021-04-16](#)*Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação*

Cria o grupo de trabalho com a missão de apresentar sugestões e recomendações no âmbito da definição do plano de recuperação e consolidação de aprendizagens destinado aos alunos dos ensinos básico e secundário.

[Decreto nº 7/2021-DR nº 74-A/2021](#)[Série I de 2021-04-17](#)*Presidência do Conselho de Ministros*

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Parecer nº 4/2021-DR nº 77/2021](#)[Série II de 2021-04-21](#)*Educação - Conselho Nacional de Educação*

Parecer sobre Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

[Declaração de Retificação nº 12-A/2021](#)[DR nº 77/2021, 1º Suplemento](#)[Série I de 2021-04-21](#)*Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral*

Retifica o Decreto nº 7/2021, de 17 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República, publicado no DR, 1.ª série, nº 74-A, de 17 de abril de 2021.

[Portaria nº 163/2021-DR nº 78/2021](#)[Série II de 2021-04-22](#)*Finanças e Educação - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Secretária de Estado da Educação*

Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedido ao abrigo de contratos simples de apoio à família e de contratos de desenvolvimento de apoio à família.

[Relatório \(extrato\) n.º 1/2021](#)[Diário da República n.º 78/2021](#)[Série II de 2021-04-22](#)*Educação - Conselho Nacional de Educação*

Versão resumida do relatório de atividades relativo ao ano de 2020



Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique [aqui](#) para consultar os protocolos

+vantagens fne

POR UM
EMPREGO
DIGNO

Nuno Tiago da Rocha Tomé | 1º Prémio - 3º Escalão - 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico - Escola de Penafiel Sudeste - Penafiel